

PROCESSO Nº. TC-4168/2008

**Anexos: TC-12942/08; TC-14231/08,
TC-7207/09.**

Interessado: Gabinete do Governador do Estado

Gestor Responsável: Teotônio Vilela Filho

Assunto: Prestação de Contas do Exercício Financeiro de 2007.

Relatório

O presente relatório analisa a Prestação de Contas do Governador do Estado de Alagoas, Sr. Teotônio Vilela Filho, referente ao exercício financeiro de 2007, encaminhada a este Tribunal de Contas através de ofício GSEF nº096/2008, de 14 de abril de 2008, subscrita pelo Secretário de Estado Adjunto da Fazenda, Sr. Maurício Acioli Toledo, recebendo nesta Corte de Contas o nº TC-4168/2008.

As Contas sob apreciação abrangem os Órgãos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo, incluindo os demais poderes e Órgãos constituídos, apresentada na forma consolidada ao Poder Legislativo Estadual, conforme os termos do Art.107, inciso XIII, da Constituição do Estado de Alagoas.

Quanto ao julgamento, compete a um Órgão de natureza política, qual seja o Congresso Nacional, na esfera federal, a Assembléia Legislativa, na esfera estadual, e no âmbito municipal, a Câmara Municipal.

Cabe ao Tribunal de Contas, Órgão auxiliar do Poder Legislativo, elaborar o Parecer Prévio após o devido exame, quanto à parte orçamentária e técnico/contábil.

Por ocasião da emissão do Parecer Prévio, as Contas do Chefe do Poder Executivo são examinadas de uma forma global pelos Tribunais de Contas, que emitem seu ponto de vista quanto ao estrito cumprimento das normas contábeis, bem como a legalidade, legitimidade e economicidade, sendo este pronunciamento técnico apreciado pela Assembléia Legislativa, a quem de direito, compete realizar o julgamento das referidas Contas.

Compete, também aos Tribunais de Contas, dentro de sua esfera constitucional, verificar o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal- LRF, que ao ser editada, veio a contribuir para um melhor equilíbrio nas contas públicas, ao estabelecer limites e controle de gastos públicos.

Aos Tribunais de Contas foi atribuído, dentro da sua esfera de competência, o dever de apurar as denúncias populares, mecanismo que foi estabelecido pela Constituição Federal, em seu Art.74, § 2º, o qual admite que qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para na forma estabelecida em Lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante a Corte de Contas.

Dos Responsáveis pela Gestão

A Lei de Responsabilidade Fiscal define no §1º, do Art. 1º, como deve ser uma gestão responsável, atribuindo a cada gestor as suas obrigações e o dever de fazer cumprir as disposições legais e regulamentares que regem a Administração Pública.

Dentre as obrigações atribuídas aos gestores públicos, estes deverão atentar para os cumprimentos de metas de resultado entre receitas e despesas, o cumprimento das normas estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, quanto aos limites de gastos fixados, as condições quanto ao procedimento de renúncia de receita, dívida consolidada, operações de crédito, restos a pagar e demais providências.

Dando cumprimento ao disposto no Art.145, do Regimento Interno desta Corte de Contas, foram os autos submetidos às Diretorias Técnicas, deste Órgão, obtendo-se os pronunciamentos que abaixo se seguem “ipsis litteris”.

ASPECTOS PRELIMINARES E FORMAIS

O Art. 107, inciso XIII, da Constituição Estadual, prescreve que *compete privativamente ao Governador prestar anualmente, dentro dos sessenta dias após a abertura de cada sessão legislativa, as contas relativas ao exercício anterior, neste caso as contas exercício de 2007.*

Dando cumprimento ao mandamento constitucional, foi protocolado nesta Corte de Contas, por meio do Ofício GSEF-096/2008, de 14 de abril de 2008, neste ato representado pelo Secretário de Estado Adjunto da Fazenda, Sr. Maurício Acioli Toledo, o Balanço Geral do Estado de Alagoas, referente ao exercício de 2007. Nesta Corte foi constituído o Processo nº. TC-4168/2008, de 14/04/2008.

O Balanço Geral do Estado, faz a Consolidação das Demonstrações Contábeis, referente à Administração Direta dos 03 (três) Poderes, mais o Ministério Público, mantida com recursos do Tesouro Estadual e composta de Unidades Gestoras (UGs), incluindo Encargos Gerais do Estado, Encargos Financeiros do Estado com os Municípios, e Administração Indireta, mantida com recursos do Tesouro Estadual e recursos próprios, composta por Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Públicas, sendo a consolidação das Empresas Públicas referente apenas a parte que corresponde à aplicação dos recursos do Tesouro Estadual contida no Orçamento.

Fazem parte da prestação de contas, as demonstrações contábeis pertinentes às execuções: orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos e entidades que compõem a Administração Direta e Indireta. Os anexos relativos à execução de Receita e Despesa Orçamentárias, foram elaborados em conformidade com as disposições da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964 e da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000.

O documento ora apresentado, para análise, foi elaborado pela equipe da Superintendência do Tesouro Estadual - STE, com base nos registros contábeis e orçamentários do Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios - SIAFEM.

O julgamento das contas prestadas pelo Chefe do Poder Executivo, cuja competência para julgamento pertence à Assembléia Legislativa, apresenta natureza político-administrativa, cabendo ao Tribunal de Contas, no exercício de sua função constitucional de auxiliar o controle externo, emitir Parecer Prévio, (conforme Constituição Estadual, no seu artigo 97, inciso I em consonância com a “Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado”, no artigo 34 da Lei nº. 5.604, de 20 de janeiro de 1994).

No âmbito deste Parecer Prévio, não serão consideradas responsabilidades dos atos de administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores, objeto de julgamento de natureza técnico-administrativa pelo Tribunal de Contas.

O Parecer Prévio do Tribunal de Contas consistirá em apreciação geral e fundamentada, da gestão orçamentária, patrimonial e financeira havida no exercício, devendo demonstrar se o Balanço Geral do Estado representa adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial, em 31 de dezembro de 2007, bem como se as operações estão de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade aplicados à Administração Pública, concluindo pela aprovação ou rejeição das contas.

Com isto, o Parecer Prévio, desta Corte de Contas, não transmite ou impõe qualquer posterior julgamento da responsabilidade de administradores e demais responsáveis.

A análise abrange, ainda, a verificação do cumprimento de normas e limites constitucionais de aplicação de recursos, o cumprimento de limites de despesas previstos em leis e, o cumprimento de disposições de leis relativas à aplicação de recursos em projetos e atividades específicas, bem como a análise do endividamento do Estado e das contas dos Poderes e Órgãos indicados no art. 20, da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, com o intuito de verificar o cumprimento de preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, em cada Poder e Órgão, especialmente em relação aos limites de despesas com pessoal, inscrição de despesas em restos a pagar e disponibilidade de caixa, quando aplicável, o endividamento.

Em suma, tem o presente relatório a visão de mostrar de forma simples e objetiva o ocorrido, no exercício de 2007, pelo Governo do Estado.

Salientamos que o certificado de Auditoria emitido pelo Órgão de Controle Interno do Governo do Estado (Controladoria Geral do Estado), que deveria ter vindo apensado à Prestação de Contas quando do envio da mesma, como dispõe a Lei Orgânica, desta Corte de Contas, em seu Art. 34 § 1º, combinado com o Art. 7º, item III, foi anexado ao Balanço Geral do Estado, em 20/05/2008, após solicitação de diligência em 12/05/2008, pela Diretoria de Fiscalização da Administração Financeira e Orçamentária Estadual - DFAFOE, junto ao relator das Contas do Governo do Estado, exercício 2007.

ANÁLISE DA GESTÃO FISCAL CONSOLIDADA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

INTRODUÇÃO

Analisamos nesta parte a gestão orçamentária, financeira e patrimonial das contas do Governo Estadual do ano de 2007, de forma consolidada, tendo como abrangência a Administração Direta (Poderes e Órgãos constituídos), Administração Indireta e, Empresas Estatais Dependentes.

No aspecto orçamentário, a análise tem por finalidade a verificação das receitas e despesas. A gestão financeira leva em conta a movimentação do exercício. Na parte patrimonial é enfocada a posição dos ativos e passivos, e apresenta o desenrolar da dívida pública estadual.

Com o advento da Lei Complementar nº101/00, as contas anuais referente aos Órgãos da Administração Direta, e as entidades da Administração Indireta sujeitas à Lei do Orçamento, devem ser apresentados de forma consolidada, ou seja, levam em conta todas as receitas e despesas em seu conjunto.

1.0 – ORÇAMENTO ESTADUAL

A Lei Orçamentária Anual (LOA) tem por finalidade a locação de recursos visando à viabilização dos programas contidos no Plano Plurianual (PPA) e ao cumprimento de diretrizes para a aplicação de recursos fixados na Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO).

O Orçamento Anual, por determinação do Art. 165, § 5º, da Constituição Federal e Art.176 da Constituição Estadual, compõem-se de três Orçamentos distintos: O Orçamento Fiscal, o Orçamento da Seguridade Social e o Orçamento de Investimento das Empresas.

A elaboração da proposta orçamentária é realizada com a participação de vários órgãos do governo, sob a coordenação da Secretaria do Planejamento.

Cada órgão deve elaborar a sua proposta orçamentária, de acordo com as orientações na LDO, e apresentá-la aquela Secretaria, que analisa, avalia e consolida os dados num único documento, encaminhado pelo Governador, sob a forma de projeto de lei à Assembléia Legislativa para apreciação. A Lei Orçamentária Anual, nº.6.800, de 24 de janeiro de 2007, também conhecida como LOA, publicada em 25 de janeiro de 2007, juntamente com as razões do veto do governador às emendas apresentadas ao Projeto citado. A referida Lei foi republicada em 06 de junho de 2007, tendo em vista a Sessão Ordinária no dia 24 de abril de 2007 que manteve os vetos orçamentários referentes ao Projeto, com observância aos objetivos estabelecidos pela Lei de Diretrizes Orçamentária para o exercício de 2007, através da Lei nº. 6.763, de 31 de agosto de 2006.

A LOA é composta por três instrumentos, que se chamam Orçamento Fiscal, Orçamento da Seguridade Social e Orçamento de Investimento das Empresas em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito de voto.

O Orçamento Fiscal é, dos três, o principal orçamento. Isso porque deve incluir todas as receitas e despesas dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, seus Fundos, Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta, inclusive as Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

O Orçamento de Seguridade Social abrange todas as entidades e órgãos a elas vinculados. Ou seja, todos os órgãos e entidades que fazem parte do orçamento fiscal e que também efetuam gastos com a seguridade social estão nesse orçamento. Nele estão apresentadas as ações de saúde, previdência e assistência social, e também o detalhamento das receitas vinculadas aos gastos da seguridade social.

O Orçamento de Investimentos das Empresas: trata dos investimentos do Tesouro estadual com aporte de capital nas empresas em que o Estado detém a maioria do controle de capital social com direito a voto, bem como de investimentos com recursos próprios dessas empresas a serem realizados.

De acordo com a Lei nº. 6.800 de 24 de janeiro de 2007, que aprovou o Orçamento Estadual para o exercício de 2007, da Administração Direta e Indireta, a Receita ficou estimada em R\$ 4.467.703.061,00 e a Despesa fixada em igual montante, entretanto considerando o veto mantido às emendas ao Projeto de Lei Orçamentária nº.579/2006 no valor de R\$ 35.075.000,00 e não tendo sido este recurso alocado em outras despesas, passando a Despesa Autorizada em R\$ 4.432.628.061,00.

As leis básicas estaduais relacionadas ao planejamento, com repercussão sobre as Contas do exercício de 2007, são:

- Lei Estadual nº. 6.459, de 22 de janeiro de 2004, que aprovou o Plano Plurianual – PPA para o quadriênio 2004/2007;
- Lei Estadual nº. 6.763, de 31 de agosto de 2006, que aprovou a Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO para o exercício financeiro de 2007;
- Lei Estadual nº. 6.800, de 24 de janeiro de 2007, que aprovou o Orçamento do Estado – LOA para o exercício financeiro de 2007, (alterada pela Lei nº.6.693, de 22 de fevereiro de 2006).

2.0 – PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA GERAL

COMPOSIÇÃO DO ORÇAMENTO COM RECURSOS DE TODAS AS FONTES		
DESCRIÇÃO	VALOR R\$	%
Orçamento Fiscal	3.600.618.809,00	89,71
Orçamento da Seguridade Social	832.009.252,00	10,29
TOTAL	4.432.628.061,00	100,00

fonte: Lei Orçamentária do Exercício

DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS

O Orçamento de Investimentos das Empresas em que o Estado, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto, teve, para o exercício de 2007, a Receita estimada e a Despesa fixada no valor de R\$ 461.107.805,00, conforme desdobramento no quadro abaixo.

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS		
I – RECEITAS		
ESPECIFICAÇÃO	VALOR (R\$)	%
1. Geração de Recursos Próprios	400.833.090,00	79,47
2. Recursos p/ Aumento do Patrimônio Líquido	8.405.547,00	3,65
2.1 Tesouro do Estado	950.000,00	1,37
2.2 Demais Fontes	7.455.547,00	2,28
3. Operações de Crédito	-0-	0,96
3.1 Internas	-0-	0,96
3.2 Externas	-0-	0,00
4. Outras Fontes	51.869.168,00	15,92
TOTAL DAS RECEITAS DE INVESTIMENTOS	461.107.805,00	100,00
II – DESPESAS		
ESPECIFICAÇÃO	VALOR (R\$)	%
1.0 Secretaria Executiva de Administração, Recursos Humanos e Patrimônio	643.534,00	0,20
1.1 Cia. Alagoana de Recursos Humanos e Patrimoniais -CARHP.	643.534,00	0,20
2. Secretaria Coordenadora de Desenvolvimento Econômico	232.784.379,00	1,47
2.1 Cia. de Empreendimentos, Intermediação e Parcerias de Alagoas-CEPAL.	6.540.600,00	147
2.2 Gás de Alagoas -ALGÁS	75.228.905,00	
2.3 Laboratório Industrial Farmacêutico de Alagoas – LIFAL	151.014.874,00	
3. Secretaria Coordenadora de Infra-Estrutura e Serviços	227.679.892,00	0,18
3.1 Cia. de Abastecimento d'Água e Saneamento de Alagoas -CASAL	225.679.892,00	0,18
3.2 Serviços de Engenharia do Estado de Alagoas- SERVEAL	2.000.000,00	
TOTAL DAS DESPESAS DE INVESTIMENTOS	461.107.805,00	100,00

(*) Excluídas as transferências consignadas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

3.0 – ORÇAMENTO INICIAL E ALTERAÇÕES

Inicialmente o Orçamento Geral Programado para o Estado de Alagoas, conforme Lei nº. 6.800, de 24 de janeiro de 2007, estimou a receita e fixou a despesa em R\$4.467.703.061,00, no entanto, ocorreram vetos ao orçamento inicial no montante de R\$35.075.000,00, como não houve alocação desses recursos em outras despesas, resultou do desequilíbrio orçamentário, passando a despesa autorizada para R\$ 4.432.628.061,00.

No exercício em tela, ocorreram alterações no orçamento inicial, por meio de Créditos Adicionais (suplementares), no valor de R\$ 911.830.147,00 e anulações no valor de R\$586.438.275,00, ficando a Dotação Orçamentária em R\$ 4.758.019.933,00.

DEMONSTRATIVO DAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	
1. ORÇAMENTO INICIAL	4.432.628.061
2. CRÉDITOS ADICIONAIS	911.830.147
CRÉDITOS SUPLEMENTARES	582.922.392
CRÉDITOS ESPECIAIS	328.907.756
3. ANULAÇÕES	586.438.275
4. NOVOS CRÉDITOS AUTORIZADOS (2-3)	325.391.872
5. DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA (1+4)	4.758.019.933

ALTERAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA PREVISTA

RECEITA PREVISTA	R\$4.467.703.061,00
REESTIMATIVA DA RECEITA (+)	R\$ 325.391.872,00
RECEITA PREVISTA ATUALIZADA.....	<u>R\$4.793.094.933,00</u>

ALTERAÇÃO AO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA FIXADA

DESPESA FIXADA - ORÇAMENTO INICIAL.....	R\$4.467.703.061,00
VETOS AO ORÇAMENTO INICIAL.(-).....	R\$ 35.075.000,00
DESPESA AUTORIZADA.....	<u>R\$4.432.628.061,00</u>

ALTERAÇÃO NA LEI ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA FIXADA

DESPESA FIXADA.....	R\$4.432.628.061,00
CRÉDITOS ADICIONAIS).....	R\$ 911.830.147,00
ANULAÇÕES (-).....	R\$ 586.438.275,00
DESPESA FIXADA ATUALIZADA.....	<u>R\$4.758.019.933,00</u>

Em decorrência das alterações ocorridas, demonstramos abaixo o comparativo do orçamento inicial com o final, apresentando o seu refluxo e detalhando as variações por natureza de receita e despesa.

A Receita apresentou uma reestimativa em 7,28% e a Despesa em 7,34%.

PREVISÃO INICIAL DA RECEITA X PREVISÃO ATUALIZADA – CONSOLIDADO			
DISCRIMINAÇÃO	Previsão inicial (A)	Previsão atualizada (B)	Variação (B/A)
RECEITAS CORRENTES	3.730.360.476	3.992.482.728	7,03%
TRIBUTARIAS	1.532.396.582	1.659.418.159	8,29%
CONTRIBUIÇÕES	12.750.000	12.750.000	0,00%
PATRIMONIAL	22.633.309	37.153.060	64,15%
SERVIÇOS	102.498.423	102.498.423	0,00%
TRANSFERENCIAS CORRENTES	1.651.282.651	1.763.848.772	6,82%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	139.485.526	147.500.329	5,75%
INTRA-ORÇAMENTARIAS	269.313.985	269.313.985	0,00%
RECEITAS DE CAPITAL	737.342.585	800.612.205	8,58%
OPERAÇÕES DE CREDITOS	40.248.750	40.248.750	0,00%
ALIENAÇÃO DE BENS	174.523	174.523	0,00%
AMORTIZAÇÃO DE EMPRESTIMOS	0,00	0,00	0,00%
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	588.337.898	651.607.518	10,75%
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	108.581.414	108.581.414	0,00%
RECEITA TOTAL	4.467.703.061	4.793.094.933	7,28%

DOTAÇÃO INICIAL x DOTAÇÃO ATUALIZADA - CONSOLIDADO			
DISCRIMINAÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (A)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (B)	VARIÇÃO (B / A)
DESPESAS CORRENTES	3.384.526.540	3.650.655.282	7,86 %
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.957.082.862	2.202.339.472	12,53 %
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	157.616.515	200.330.099	27,10 %
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.269.827.163	1.247.985.711	- 1,72 %
DESPESA DE CAPITAL	1.011.603.538	1.072.885.666	6,06 %
INVESTIMENTOS	755.571.453	785.111.592	3,91 %
INVERSÕES FINANCEIRAS	2.058.900	877.000	- 57,40 %
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	253.973.185	286.897.074	12,96 %
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.018.998		- 100 %
RESERVA DE RPPS	34.478.985	34.478.985	0,00 %
DESPESA TOTAL	4.432.628.061	4.758.019.933	7,34 %

4.0 – ADMINISTRAÇÃO DIRETA-ORÇAMENTO

Para o exercício de 2007, a Previsão Orçamentária Inicial da Administração Direta, previu a Receita em R\$3.797.427.732,00, com as alterações orçamentárias ocorridas houve um acréscimo de 5,92%, passando a receita atualizada para R\$4.022.378.224,00, sendo que as Receitas Correntes tiveram atualização de 6,68% e as Receitas de Capital de 2,13%.

PREVISÃO INICIAL DA RECEITA X PREVISÃO ATUALIZADA – ADMINISTRAÇÃO DIRETA				
DISCRIMINAÇÃO	PREVISÃO INICIAL (A)	PREVISÃO ATUALIZADA (B)	AV 1	Varição (B / A)
RECEITAS CORRENTES	3.167.140.674	3.378.698.016	84,00 %	6,68 %
TRIBUTARIAS	1.494.500.000	1.613.630.060	40,12 %	7,97 %
CONTRIBUIÇÕES	1.500.000	1.500.000	0,04 %	0,00 %
PATRIMONIAL	7.128.981	21.648.732	0,54 %	203,67 %
TRANSFERENCIAS CORRENTES	1.545.792.593	1.623.606.724	40,36 %	5,03 %
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	118.219.100	118.312.500	2,94 %	0,08 %
RECEITAS DE CAPITAL	630.287.058	643.680.208	16,00 %	2,12 %
OPERAÇÕES DE CREDITOS	40.248.750	40.248.750	1,00 %	0,00 %
ALIENAÇÃO DE BENS	174.023	174.023	0,00 %	0,00 %
AMORTIZAÇÃO DE EMPRESTIMOS	-	-	0,00 %	0,00 %
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	486.162.625	499.555.775	12,42 %	2,75 %
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	103.701.660	103.701.660	2,58 %	0,00 %
RECEITA TOTAL	3.797.427.732	4.022.378.224	100,00 %	5,92 %

Quanto as Despesas o orçamento inicial previu o montante de R\$ 3.416.467.635,00, com as alterações ocorridas a dotação atualizada passou a ser de R\$ 3.624.524.637,00, representando o aumento de 6,09%, sendo que as Despesas Correntes representou o percentual de 7,49% e 1,86% para as Despesas de Capital.

O desequilíbrio verificado entre a previsão da receita (R\$ 4.022.378.224) e a dotação da despesa (R\$ 3.624.524.637), parte pelo fato de a Administração Direta financiar a Administração Indireta (R\$362.778.586) e parte devido aos vetos ao orçamento (R\$35.075.000), totalizando o valor de R\$397.853.586.

DOTAÇÃO INICIAL X DOTAÇÃO ATUALIZADA – ADMINISTRAÇÃO DIRETA				
DISCRIMINAÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (A)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (B)	AV 1	Variação (B / A)
DESPESAS CORRENTES	2.602.154.483	2.797.116.071	77,17 %	7,49 %
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.521.286.237	1.740.733.116	48,03 %	14,43 %
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	157.615.015	200.202.099	5,52 %	27,02 %
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	923.253.231	856.180.856	23,62 %	- 7,26 %
DESPESAS DE CAPITAL	812.294.154	827.408.566	22,83 %	1,86 %
INVESTIMENTOS	556.871.969	540.435.492	14,91 %	- 2,95 %
INVERSÕES FINANCEIRAS	1.500.000	132.000	0,00 %	- 91,20 %
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	253.922.185	286.841.074	7,91 %	12,96 %
RESERVA DE CONTIGÊNCIA	2.018.998	–	0,00 %	-100,00 %
RESERVA DO RPPS	–	–	0,00 %	0,00 %
DESPESA TOTAL	3.416.467.635	3.624.524.637	100,00 %	6,09 %

O demonstrativo a seguir, apresentado pelos quadros abaixo comparam a dotação inicial com a atualizada dos órgãos e dos poderes que fazem a Administração Direta.

A Superintendência do Tesouro Estadual, responsável pela elaboração do presente balanço salienta que em função do Decreto nº.3.452, de 01 de janeiro de 2007, ratificado pela Lei Delegada nº43/2007, que dispõe sobre a organização, atribuições e funcionamento da Administração Pública Estadual (nova organização estrutural administrativa), diversas entidades foram extintas transferindo suas atribuições da administração e orçamentos para outras unidades, fato este que justifica alguns órgãos terem dotação orçamentária atualizada igual a zero.

Como sempre, deparamos que os maiores recursos orçamentários são destinados à Encargos Gerais do Estado, devido a este ser o responsável pelo pagamento do serviço da dívida e das aposentadorias e pensões; à Encargos Financeiros do Estado com os Municípios (responsável pelas Transferências Constitucionais aos Municípios; e a Secretaria de Estado da Educação e do Esporte. Deve-se salientar que o orçamento da

Secretaria de Estado da Saúde refere-se tão somente as despesas com pessoal, tendo em vista, que as despesas de custeio é executada pelo Fundo Estadual de Saúde.

DOTAÇÃO INICIAL X DOTAÇÃO ATUALIZADA POR ÓRGÃOS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA				
PODERES E ÓRGÃOS	INICIAL (A)	ATUALIZADA (B)	AV¹	VARIAÇÃO (B / A)
PODER LEGISLATIVO	154.428.076	159.592.406	4,40%	3,34%
Assembleia Legislativa	108.000.000	108.000.000	2,98%	0,00%
Tribunal de Contas	46.428.076	51.592.406	1,42%	11,12%
PODER JUDICIÁRIO	168.645.623	168.645.623	4,65%	0,00%
Tribunal de Justiça	168.645.623	168.645.623	4,65%	0,00%
MINISTÉRIO PÚBLICO	67.974.805	70.974.805	1,96%	4,41%
Ministério Público	67.974.805	70.974.805	1,96%	4,41%

Análise Vertical, Participação do item no total da dotação atualizada

DOTAÇÃO INICIAL X DOTAÇÃO ATUALIZADA POR ÓRGÃOS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA				
PODERES E ÓRGÃOS	INICIAL (A)	ATUALIZADA (B)	AV¹	VARIAÇÃO (B / A)
PODER EXECUTIVO	3.025.419.131	3.225.311.803	88,99%	6,61%
Gabinete Civil do Governador	3.523.295	9.153.116	0,25%	159,79%
Gabinete Militar do Governador	10.416.920	10.116.920	0,28%	-2,88%
Controladoria Geral do Estado	1.912.000	1.912.000	0,05%	0,00%
Sec. Geral do Governo	6.169.273	-	0,00%	-100,00%
Gabinete do Vice-Governador	1.066.350	1.066.350	0,03%	0,00%
Corpo de Bombeiros Militar	35.314.940	41.040.340	1,13%	16,21%
Procuradoria Geral do Estado	15.007.213	16.564.213	0,46%	10,38%
Polícia Militar de Alagoas	270.266.396	301.685.536	8,32%	11,63%
Defensoria Pública Geral do Estado	6.519.000	6.519.000	0,18%	0,00%
Sec. Coordenadora de Articulação	3.205.403	-	0,00%	-100,00%
Sec. do Estado da Agricultura	38.790.590	43.342.790	1,20%	11,74%
Sec. de Estado da Fazenda	105.323.200	98.679.526	2,72%	-6,31%
Sec. Coord. de Planej., Gestão e Finanças	5.122.561	-	0,00%	-100,00%
Sec. Coord. de Educação e Des. Humano	720.311	-	0,00%	-100,00%
Sec. de Estado da Educação e do Esporte	513.399.187	546.111.477	15,07%	6,37%
Sec. Executiva de Esporte	2.016.222	-	0,00%	-100,00%
Sec. de Estado da Gestão Pública	6.492.823	11.340.341	0,31%	74,66%
Sec. de Estado da Mulher e Direitos Humanos	53.628.774	14.986.638	0,41%	-72,05%
Sec. de Estado do Planejamento e Orçamento	16.114.895	18.571.853	0,51%	15,25%
Sec. Coord. de Desenvolvimento Econômico	46.311.284	-	0,00%	-100,00%
Sec. de Estado do Desenvolvimento Econômico	2.226.000	3.662.967	0,10%	64,55%
Sec. de Estado da Saúde	116.516.040	145.096.040	4,00%	24,53%
Sec. de Estado de Defesa Social	62.276.565	104.655.577	2,89%	68,05%
Sec. de Estado da Comunicação	9.396.111	9.872.111	0,27%	5,07%
Sec. de Estado do Trabalho	2.833.876	4.444.679	0,12%	56,84%
Sec. de Estado da Ciência e Tecnologia	789.456	1.069.456	0,03%	35,47%
Sec. de Estado da Infra-Estrutura	379.615.663	369.911.474	10,21%	-2,56%
Sec. de Estado da Cultura	4.623.589	4.618.589	0,13%	-0,11%
Sec. de Estado do Turismo	3.293.490	47.966.247	1,32%	1356,40%
Sec. de Estado da Assistência Social	4.855.671	5.575.982	0,15%	14,83%
Sec. de Est. do Meio Ambiente e Rec. Hídricos	16.261.910	16.279.829	0,45%	0,11%
Encargos Gerais do Estado	814.753.829	900.415.195	24,84%	10,51%
Enc. Financeiro do Estado com os Municípios	386.125.000	412.175.087	11,37%	6,75%
Procuradoria junto ao Tribunal de Contas	2.651.000	2.651.000	0,07%	0,00%
Polícia Civil	74.527.470	75.827.470	2,09%	1,74%
Secr. de Política e Gestão Colegiada	1.333.826	-	0,00%	-100,00%
Reserva de Contingência	2.018.998	-	0,00%	-100,00%

Análise Vertical, Participação do item no total da dotação atualizada.

5.0 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – ADMINISTRAÇÃO DIRETA

5.1. Receita Orçamentária

A arrecadação da receita orçamentária da Administração Direta em 2007, alcançou o montante de R\$ 3.834.677.382,00 representando um aumento de 14,24% em relação ao ano de 2006, equivalente ao valor de R\$ 477.961.649,00. As Receitas Correntes, incluídas as Intra-Orçamentárias, representou o percentual de 97,85% do total arrecadado (R\$3.752.390.286,00); enquanto as Receitas de Capital representou 2,15% (R\$ 82.287.096,00).

COMPARATIVO DA RECEITA REALIZADA 2006 X 2007 - ADMINISTRAÇÃO DIRETA					
DISCRIMINAÇÃO	2006 (A)	2007 (B)	AV ¹	DIFERENÇA (B - A)	VARIAÇÃO (B / A)
RECEITAS CORRENTES	3.206.189.792	3.752.390.286	97,85%	546.200.494	17,04%
TRIBUTÁRIA	1.451.598.788	1.594.179.670	41,57%	142.580.883	9,82%
CONTRIBUIÇÕES	–	–	0,00%	–	0,00%
PATRIMONIAL	12.087.177	18.349.471	0,48%	6.262.293	51,81%
AGROPECUÁRIA	17.089	–	0,00%	(17.089)	-100,00%
SERVIÇOS	145.517	154.539	0,00%	9.022	6,20%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.708.512.643	2.029.980.629	52,94%	321.467.986	18,82%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	33.828.577	109.546.992	2,86%	75.718.415	223,83%
INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	–	178.985	0,00	178.985	–
RECEITAS DE CAPITAL	150.525.941	82.287.096	2,15%	(68.238.845)	-45,33%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	–	–	0,00%	–	0,00%
ALIENAÇÃO DE BENS	61.019.343	1.346.470	0,04%	(59.672.873)	-97,79%
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	–	1.903	0,00%	1.903	–
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	84.155.850	80.938.642	2,11%	(3.217.208)	-3,82%
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	5.350.747	81	0,00%	(5.350.666)	-100,00%
RECEITA BRUTA	3.356.715.733	3.834.677.382	100,00%	477.961.649	14,24%
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA-FUNDEF	(365.751.071)	(447.395.712)	11,67%	81.644.641	22,32%
RECEITA TOTAL	2.990.964.662	3.387.281.670	88,33%	396.317.008	13,25%

¹ Análise Vertical: Participação do item no total da receita bruta.

As Receitas Correntes realizadas em comparação com a previsão atualizada, apresentou excesso de arrecadação de R\$ 373.692.270,00 ou 11,06%, enquanto as Receitas de Capital apresentaram uma insuficiência de arrecadação de R\$ 561.393.112,00 ou 87,22%.

RECEITA PREVISTA X RECEITA REALIZADA - ADMINISTRAÇÃO DIRETA				
DISCRIMINAÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA (A)	RECEITA REALIZADA (B)	DIFERENÇA (B-A)	VARIAÇÃO (B / A)
RECEITAS CORRENTES	3.378.698.016	3.752.390.286	373.692.270	11,06%
TRIBUTÁRIA	1.613.630.060	1.594.179.670	(19.450.390)	-1,21%
CONTRIBUIÇÕES	1.500.000	-	(1.500.000)	-100,00%
PATRIMONIAL	21.648.732	18.349.471	(3.299.261)	-15,24%
SERVIÇOS	-	154.539	154.539	-
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.623.606.724	2.029.980.629	406.373.905	25,03%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	118.312.500	109.546.992	(8.765.508)	-7,41%
INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	-	178.985	178.985	-
RECEITAS DE CAPITAL	643.680.208	82.287.096	(561.393.112)	-87,22%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	40.248.750	-	(40.248.750)	-100,00%
ALIENAÇÃO DE BENS	174.023	1.346.470	1.172.447	673,73%
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	-	1.903	1.903	-
TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL	499.555.775	80.938.642	(418.617.133)	-83,80%
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	103.701.660	81	(103.701.579)	-100,00%
RECEITA TOTAL	4.022.378.224	3.834.677.382	(187.700.842)	-4,67%

Pelo quadro abaixo a STE, faz uma demonstração da evolução da Receita nos últimos cinco anos, percebendo-se um aumento constante da arrecadação das Receitas Tributárias (47,37% no período) das Transferências Correntes (54,13%), bem como, faz a comparação detalhada, da evolução da Receita no período de 2003 a 2007.

EVOLUÇÃO DA RECEITA - 2003 - 2007 - ADMINISTRAÇÃO DIRETA							
DISCRIMINAÇÃO	2003	2004	2005	2006	2007	2003 / 2007	2006 / 2007
RECEITAS CORRENTES	2.383.114.757	2.605.192.500	2.948.209.791	3.234.924.442	3.541.194.559	48,60%	9,47%
TRIBUTÁRIA	1.081.769.212	1.215.504.697	1.332.507.878	1.523.579.507	1.594.179.670	47,37%	4,63%
- ICMS	969.385.025	1.090.547.814	1.182.222.416	1.348.317.305	1.402.941.259	44,72%	4,05%
- IPVA	46.583.761	31.043.483	57.997.155	65.863.520	75.305.863	61,66%	14,34%
- Outras	65.800.425	93.913.399	92.288.307	109.398.683	115.932.548	76,19%	5,97%
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	3.326.186	3.553.971	-	-	-	-	-
RECEITA PATRIMONIAL	31.028.793	9.451.538	10.288.770	12.686.546	18.349.471	-40,86%	44,64%
RECEITA DE SERVIÇOS	5.254.340	801.410	62.551	152.733	154.539	-97,06%	1,18%
TRANSF.CORRENTES	1.180.187.106	1.307.995.081	1.576.063.781	1.662.981.677	1.818.963.887	54,13%	9,38%
- FPE	1.112.592.920	1.143.614.314	1.347.525.923	1.447.632.720	1.597.824.018	43,61%	10,37%
- Outras	67.594.186	164.380.768	228.537.858	215.348.957	221.139.869	227,16%	2,69%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	81.549.122	67.885.802	29.286.811	35.523.978	109.546.992	34,33%	208,37%
RECEITAS DE CAPITAL	205.354.992	103.267.905	144.784.778	157.990.101	82.287.096	-59,93%	-47,92%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	14.808.881	11.430.720	965.464	-	-	-90,91%	-

AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	-	-	-	-	1.903	-	-
ALIENAÇÃO DE BENS	139.592	579.856	300.940	64.045.122	1.346.470	-	-
TRANSF. DE CAPITAL	190.388.119	91.233.221	109.310.333	88.328.903	80.938.642	-57,49%	-8,37%
OUTRAS RECEITAS CAPITAL	18.400	24.108	34.208.041	5.616.076	81	-99,56%	100,00%
TOTAL DAS RECEITAS	2.588.469.749	2.708.460.405	3.092.994.569	3.392.914.542	3.623.481.655	39,99%	6,80%
Variação		4,64%	14,20%	9,70%	6,80%		

Valores monetários da receita arrecadada a preços de dezembro de 2007, calculados pelo IPCA (IBGE)
 Variação percentual do valor do total das Receitas corrigido em cada ano.

5.1.1 – DAS RECEITAS CORRENTES

Estão agrupadas nesta categoria econômica as Receitas Tributárias, de Contribuições, Patrimonial, Agropecuária, de Serviços, Transferências Correntes e Outras Receitas Correntes.

Receitas Tributárias

A Receita Tributária representou 41,57% do total das Receitas Correntes, é composta por impostos - ICMS (Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação), IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores) e o ITCD (Imposto sobre Transmissão “Causas Mortis” e Doação de Bens e Direitos), Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza, Contribuição de Melhoria e pelas Taxas - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia e Taxas pela Prestação de Serviços.

Os Impostos foram os que mais contribuíram para esse desempenho, participando com 99,83% de toda a arrecadação tributária, com destaque para o ICMS que apresentou uma participação de 88,00% em relação ao total da arrecadação da Receita Tributária de 2007. O aumento da receita tributária de 2006-2007 foi de 9,82% em valores nominais, conforme quadro abaixo.

COMPARATIVO DE ARRECADAÇÃO DA RECEITA TRIBUTÁRIA - 2006 - 2007- ADMINISTRAÇÃO DIRETA				
DISCRIMINAÇÃO	2006 (A)	2007 (B)	AV ¹ 2007	VARIAÇÃO (B/A)
IMPOSTOS	1.449.231.127	1.591.451.744	99,83%	9,81%
ICMS	1.284.616.757	1.402.941.259	88,00%	9,21%
IPVA	62.751.832	75.305.863	4,72%	20,01%
Imposto Sobre Transm. Causas Mortis e Doação	1.597.801	2.428.824	0,15%	52,01%
Imposto Sobre Renda e Proventos de Qualquer Natureza	100.264.737	110.775.798	6,95%	10,48%
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	-0-	144	0,00%	-
TAXAS	2.367.661	2.727.782	0,17%	15,21%
Taxas Pelo Exercício do Poder de Polícia	710.332	722.649	0,05%	1,73%
Taxas Pela Prestação de Serviços	1.657.329	2.005.133	0,13%	20,99%
TOTAL DA RECEITA TRIBUTÁRIA	1.451.598.788	1.594.179.670	100,00%	9,82%

¹ Análise Vertical: Participação do item no total da receita realizada em 2007.

A Receita Tributária vem crescendo a cada ano. No período de 2003-2007 o incremento foi de 47,37%.

EVOLUÇÃO DA RECEITA TRIBUTÁRIA - 2003 - 2007 - ADMINISTRAÇÃO DIRETA							
DISCRIMINAÇÃO	2003	2004	2005	2006	2007	2003/2007	2006/2007
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.081.769.212	1.215.504.697	1.332.507.878	1.523.579.507	1.594.179.670	47,37%	4,63%
ICMS	969.385.025	1.090.547.814	1.182.222.416	1.348.317.305	1.402.941.259	44,72%	4,05%
IPVA	46.583.761	49.565.214	58.018.780	65.863.520	75.305.863	61,66%	14,34%
OUTRAS	65.800.425	75.391.669	92.288.307	109.398.683	115.932.548	76,19%	5,97%

Valores monetários da receita arrecada a preços de dezembro de 2007, calculados pelo IPC-A (IBGE)

O ICMS é composto de diversos segmentos, onde se destacam a Substituição Tributária (referente ao ICMS retido na fonte dos combustíveis, automóveis, bebidas, cigarros, produtos farmacêuticos, cimento e outros) com 27,67% e o ICMS Normal, que é arrecadado na apuração mensal dos créditos e débitos oriundos das entradas e saídas de mercadorias dos estabelecimentos inscritos no cadastro de contribuintes do Estado de Alagoas, representando 25,22% do total arrecadado em 2007. Comparando o desempenho de 2006 com relação a 2007, observa-se um crescimento nominal de R\$118.324.141,00, no entanto, menor em comparação a 2005/2006, que foi de R\$191.252.088,00.

COMPARATIVO DA ARRECAÇÃO DOS PRINCIPAIS COMPONENTES DO ICMS – 2006 X 2007 – ADMINISTRAÇÃO DIRETA				
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007	AV ¹ 2006	AV ² 2007
SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA	329.290.206	388.186.778	25,63%	27,67%
NORMAL	338.628.909	353.791.424	26,36%	25,22%
COMUNICAÇÃO	117.093.705	140.728.685	9,12%	10,03%
ENERGIA ELÉTRICA	142.869.885	123.751.452	11,12%	8,82%
ICMS ANTECIPADO	160.880.210	166.750.972	12,52%	11,89%
TRANSPORTE	16.316.642	19.256.083	1,27%	1,37%
DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA	12.899.061	17.460.651	1,00%	1,24%
IMPORTAÇÃO	5.447.291	10.654.514	0,42%	0,76%
ICMS PARC. ESPECIAL SETOR SUCROALC.	32.820.512	27.982.415	2,55%	1,99%
PARCELAMENTO	11.061.693	14.473.496	0,86%	1,03%
REMISSÃO	13.458.749	24.606.080	1,05%	1,75%
ICMS INCENTIVADO	7.324.231	7.914.498	0,57%	0,56%
ICMS MICRO EMPRESA	3.336.444	2.174.820	0,26%	0,16%
ICMS ESTIMATIVA FIXA	207.620	139.595	0,02%	0,01%
ICMS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE	4.880.309	2.807.457	0,38%	0,20%
ALCOOL ETILICO HIDRATADO	14.012.865	22.516.635	1,09%	1,60%
ICMS VINC. AO FECOEP - Combate a Pobreza	30.870.242	33.118.614	2,40%	2,36%
OUTROS	43.218.544	46.627.090	3,36%	3,32%
TOTAL DA RECEITA DO ICMS	1.284.617.118	1.402.941.259	100,00 %	100,00 %

¹Análise Vertical. Participação do item no total da arrecadação mensal do ICMS no exercício de 2006.

²Análise Vertical. Participação do item no total da arrecadação mensal do ICMS no exercício de 2007.

Fazendo um acompanhamento dos últimos cinco anos, o ICMS Normal, Comunicação, Energia Elétrica e o ICMS Antecipado, observamos um incremento real de 65,11%, 14,36%, 30,72% e 622,12% respectivamente, enquanto a Substituição Tributária teve uma redução real de 2003 a 2005.

EVOLUÇÃO DA ARRECAÇÃO DO ICMS - 2003 - 2007 - ADMINISTRAÇÃO DIRETA							
DISCRIMINAÇÃO	2003	2004	2005	2006	2007	2003/2007	2006/2007
SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA	419.440.473	362.729.291	319.691.762	345.618.785	388.186.778	-7,45%	12,32%
NORMAL	214.280.781	277.489.734	295.869.957	355.420.568	353.791.424	65,11%	-0,46%
COMUNICAÇÃO	123.057.904	144.128.016	128.256.786	122.900.054	140.728.685	14,36%	14,51%
ENERGIA ELÉTRICA	94.665.754	114.816.116	94.973.844	149.954.403	123.751.452	30,72%	-17,47%
ICMS ANTECIPADO	23.091.820	79.514.305	171.721.323	168.857.809	166.750.972	622,12%	-1,25%
TRANSPORTE	18.298.069	17.748.249	17.786.837	17.125.739	19.256.083	5,24%	12,44%
DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA	20.746.479	20.020.934	18.237.873	13.538.689	17.460.651	-15,84%	28,97%
IMPORTAÇÃO	16.829.600	15.602.014	12.959.672	5.717.407	10.654.514	-36,69%	86,35%
ICMS PARC. ESPECIAL SETOR SUCROALC.	-	22.455.772	21.767.078	34.447.989	27.982.415	-	-18,77%
PARCELAMENTO	7.982.405	6.923.940	12.666.866	11.610.211	14.473.496	81,32%	24,66%
REMISSÃO	5.970.974	5.613.347	3.811.539	14.126.131	24.606.080	312,09%	74,19%
ICMS INCENTIVADO	5.179.891	4.508.931	5.447.591	7.687.419	7.914.498	52,79%	2,95%
ICMS MICRO EMPRESA	3.148.099	4.650.303	5.203.285	3.501.888	2.174.820	-30,92%	-37,90%
ICMS ESTIMATIVA FIXA	-	499.357	371.243	217.537	139.595	-	-35,83%
ICMS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE	-	3.579.669	6.055.622	5.122.310	2.807.457	-	-45,19%
ALCOOL ETILICO HIDRATADO	-	-	7.948.170	14.707.724	22.516.635	-	53,09%
P/ TODOS	-	-	-	-	-	-	-

ICMS VINCULADO AO FECOEP	-	-	15.310.689	32.401.011	33.118.614	-	2,21%
OUTROS	16.692.776	16.010.262	44.142.276	45.361.631	46.627.090	179,32%	2,79%
TOTAL DA RECEITA DO ICMS	969.385.025	1.096.290.238	1.182.222.415	1.348.317.305	1.402.941.259	44,72%	4,05%
¹ VARIAÇÃO (%)		13,09%	7,84%	14,05%	4,05%		

Valores monetários da receita arrecadada a preços de dezembro de 2007, calculados pelo IPC-A (IBGE)
Variação percentual do valor total da Receita do ICMS corrigida em cada ano.

Transferências Correntes

As Transferências Correntes corresponderam com 52,94% do total da arrecadação da Administração Direta. Estas receitas são recursos transferidos pela União seja por determinação legal ou constitucional, seja por transferências voluntárias, através de convênios. Destas transferências o Fundo de Participação dos Estados – FPE participou com o percentual de 78,71%.

COMPARATIVO DA ARRECADAÇÃO DA RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES - 2006 x 2007 – ADM. DIRETA				
DISCRIMINAÇÃO	2006 (A)	2007 (B)	AV ¹ 2007	VARIAÇÃO (B / A)
FPE	1.379.240.067	1.597.824.018	78,71%	15,85%
Cota-Parte Sobre o IPI	9.373.806	9.422.667	0,46%	0,52%
Cota-Parte da Contribuição de Interv. no Domínio Econômico (CIDE)	25.501.817	26.435.577	1,30%	3,66%
Transferência Financeira LC 87/96	12.288.218	12.288.217	-	-
Demais Contribuições da União	52.074.608	47.305.294	2,33%	-9,16%
Transferência Multigovernamentais	124.097.668	211.016.743	10,40%	70,04%
Transferências de Convênios	23.752.336	53.069.093	2,61%	123,43%
Transferências de Compensação Financeira	62.440.457	56.844.787	2,80%	-8,96%
Transferências de Rec. Do Fundo Nacional de Desenv. Educacional	19.743.666	15.774.233	0,78%	-20,10%
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.708.512.643	2.029.980.629	100,00%	18,82%

¹Análise Vertical. Participação do item no total das Receitas de Transferências Correntes no exercício de 2007.

No quadro abaixo está demonstrado a evolução das receitas de Transferências Correntes no período 2003-2007. Para permitir a comparação do exercício de 2005, 2006 e 2007 com 2003 e 2004 (quando as transferências do FUNDEF eram contabilizadas como repasses financeiros, e não como receitas), foram excluídas as Receitas de Transferências Multigovernamentais do FUNDEF/FUNDEB nos valores de R\$129.535.431,00 R\$130.251.324,00 dos anos de 2005 e 2006, respectivamente, devidamente atualizadas pelo IPC-A/IBGE (dez/2007) e R\$ 211.016.742,00 do ano de 2007.

EVOLUÇÃO DA ARRECAÇÃO DA RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES-2003 a 2007-ADM. DIRETA							
DISCRIMINAÇÃO	2003	2004	2005	2006	2007	2003/2007	2006/2007
FPE	1.112.592.920	1.097.674.922	1.347.525.923	1.447.632.720	1.597.824.018	43,61	10,37%
Cota-Parte sobre o IPI	5.478.384	5.806.215	6.548.450	9.838.627	9.422.667	72,00%	-4,23%
Cota-Parte da Cont. de Interv.no Dom. Econôm. (CIDE)	-	15.286.731	28.562.256	26.766.381	26.435.577	-	-1,24%
Cota-Parte Cont. Salário Educação	11.531.453	4.795.393	7.080.643	-	-	-	-
Transf. Financeira LC87/96	25.009.002	24.606.987	23.166.869	12.897.556	12.288.217	-50,86	-4,72%
Demais Cont. da União	2.212.821	33.951.184	42.235.015	54.656.842	47.305.294	2037,78	-13,45%
Transf. de Convenios	23.362.525	65.492.217	73.878.935	24.930.148	53.069.093	127,15	112,87%
Transf. de Compensação Financeira	-	-	49.166.389	65.536.704	56.844.787	-	-13,26%
Transf. de Rec. do Fundo Nac. de Desenvol. Educacional	-	-	4.979.945	20.722.699	15.774.233	-	-23,88%
TOTAL DAS TRANSF. CORRENTES	1.180.187.106	1.247.613.649	1.583.144.426	1.662.981.677	1.818.963.886	54,13	9,38%
Varição (%)		5,71%	26,89%	5,04%	9,38%		

Valores monetários expressos a preços de dezembro/2007 (IPC-A-IBGE)

Varição percentual do valor da Receita de Transferências corrigida em cada ano.

Outras Receitas Correntes

Em relação a 2006 o item “Outras Receitas Correntes” teve um aumento nominal de 223,83%. Esta variação se justifica devido que em 2007, o Estado de Alagoas firmou contrato com a Caixa Econômica Federal, cujo objeto é a centralização e o processamento da folha de pagamento, da receita estadual e da movimentação financeira das contas correntes do Estado, o que gerou para o erário a receita de R\$72.750.000,00, conforme quadro abaixo:

COMPARATIVO DA ARRECAÇÃO DE OUTRAS RECEITAS CORRENTES				
2006- 2007				
DISCRIMINAÇÃO	2006 (A)	2007 (B)	AV¹ 2007)	VARIAÇÃO (B / A)
Multas e Juros de Mora	30.248.886	34.704.809	31,68%	14,73%
Indenizações e Restituições	52.510	739.876	0,68%	1309,02%
Receitas da Dívida Ativa	251.154	211.817	0,19%	-15,66%
Receitas Diversas	3.276.027	73.890.490	67,45%	2155,49%
TOTAL	33.828.577	109.546.992	100,00%	223,83%

1 Análise Vertical. Participação do item no total das receitas realizadas de Outras Receitas Correntes

5.1.2 – Receitas de Capital

Estas Receitas tiveram uma arrecadação inferior em relação a 2006 em 45,33%. Este desempenho ocorreu devido ao fato de que em 2006 houve a venda de títulos representativos da Dívida Pública Federal, relativos ao Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS, registrada como Alienação de Bens. Nestas receitas estão incluídos os recursos provenientes de operações de créditos, alienação de bens (vendas de ativo permanente), recebimentos de direitos (amortização de empréstimos e financiamentos concedidos) e recebimentos de recursos de outras pessoas de direito público ou privado (transferências de capital), sendo destinados a atender a gastos classificáveis em Despesas de Capital.

As Transferências de Capital corresponderam com 98,36% da Receita de Capital da Administração Direta.

COMPARATIVO DA RECEITA DE CAPITAL - 2006 – 2007 – ADMINISTRAÇÃO DIRETA				
DISCRIMINAÇÃO	2006 (A)	2007 (B)	AV1 2007)	VARIAÇÃO (B / A)
Operações de Crédito	–	–	0,00%	0,00%
Alienações de bens	61.019.343	1.346.470	1,64%	-97,79%
Transferências de capital	83.515.409	80.938.642	98,36%	-3,09%
Outras Receitas de Capital	5.991.188	81	0,00%	-100,00%
TOTAL	150.525.940	82.287.096	100,00%	-45,33%

1 Análise Vertical. Participação do item no total das Receitas de Capital realizadas.

5.2 – Despesa Orçamentária

A Despesa Orçamentária realizada pela Administração Direta, abrangendo os Poderes Legislativo, Judiciário, Executivo e Ministério Público, atingiu o montante de R\$2.891.148.371,00 de um orçamento final de R\$ 3.624.524.637,00 ocorrendo assim uma economia orçamentária de 20,23%, em valores a importância de R\$733.376.266,00, conforme quadro abaixo:

DOTAÇÃO ATUALIZADA x DESPESA REALIZADA – ADMINISTRAÇÃO DIRETA				
DISCRIMINAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	DESPESA REALIZADA (B)	DIFERENÇA (B – A)	VARIAÇÃO (B / A)
Despesas Correntes	2.797.116.071	2.498.783.368	(298.332.703)	- 10,67 %
Pessoal e Encargos Sociais	1.740.733.116	1.613.601.538	(127.131.578)	- 7,30 %
Juros e Encargos da Dívida	200.202.099	195.298.004	(4.904.095)	- 2,45 %
Outras Despesas Correntes	856.180.856	689.883.826	(166.297.030)	- 19,42%
Despesas de Capital	827.408.566	392.365.002	(435.043.564)	- 52,58 %
Investimentos	540.435.492	108.886.787	(431.548.705)	- 79,85 %
Inversões Financeiras	132.000	1.624	(130.376)	- 98,77 %
Amortização da Dívida	286.841.074	283.476.592	(3.364.482)	- 1,17 %
Reserva de Contingência	-	-	-	0,00%
Reserva do RPPS	-	-	-	0,00%
DESPESA TOTAL	3.624.524.637	2.891.148.371	(733.376.266)	- 20,23 %

Comparando a despesa orçamentária realizada no ano de 2006, verifica-se que houve um acréscimo nominal de 10,83% nos gastos públicos, notadamente pelo incremento das Despesas de Pessoal e Encargos Sociais e do Serviço da Dívida (Juros e Encargos da Dívida mais Amortizações da Dívida).

COMPARATIVO DA DESPESA REALIZADA – ADMINISTRAÇÃO DIRETA					
DISCRIMINAÇÃO	2006 (A)	2007 (B)	AV 1 2007	DIFERENÇA (B – A)	VARIAÇÃO (B / A)
Despesas Correntes	2.264.254.344	2.498.783.368	86,43 %	234.529.024	10,36 %
Pessoal e Encargos Sociais	1.342.655.120	1.613.601.538	55,81 %	270.946.418	20,18 %
Juros e Encargos da Dívida	143.635.741	195.298.004	6,76 %	51.662.263	35,97 %
Outras Despesas Correntes	777.963.483	689.883.826	23,86 %	(88.079.657)	- 11,32 %
Despesas de Capital	344.397.032	392.365.002	13,57 %	47.967.971	13,93 %
Investimentos	137.365.770	108.886.787	3,77 %	(28.478.983)	- 20,73 %
Inversões Financeiras	1.074.000	1.624	0,00 %	(1.072.376)	- 99,85 %
Amortização da Dívida	205.957.262	283.476.592	9,80 %	77.519.330	37,64 %
Reserva de Contingência	-	-	0,00 %	-	0,00 %
Reserva do RPPS	-	-	0,00 %	-	0,00 %
DESPESA TOTAL	2.608.651.376	2.891.148.371	100,00 %	282.496.995	10,83 %

Acompanhando a evolução das despesas nos últimos cinco anos, verifica-se um crescimento real de 31,20% das despesas correntes e de 17,51% das despesas de capital. Os itens que mais cresceram foram: Pessoal e Encargos Sociais e Amortizações da Dívida. Para fins de comparação com os anos de 2003 e 2004, em que a perda do FUNDEF era registrada como despesa, no item Outras Despesas Correntes está acrescido da perda do FUNDEF/FUNDEB. Essa perda do FUNDEF/FUNDEB refere-se à diferença entre os valores repassados e recebidos do Fundo. Em 2005 e 2006, a perda para o FUNDEF foi de R\$ 193.148.882,00 e R\$253.636.319,00 (valores atualizados pelo IPC-A, IBGE/dez/2007), respectivamente, e em 2007 a perda para o FUNDEB foi de R\$236.378.970,00.

EVOLUÇÃO DA DESPESA -2003-2007 – ADMINISTRAÇÃO DIRETA							
DICRIMINAÇÃO	2003	2004	2005	2006	2007	2003/2007	2006/2007
Despesas correntes	2.084.762.275	2.173.278.372	2.350.303.033	2.630.168.696	2.735.162.338	31,20 %	3,99 %
Pessoal e encargos sociais	1.133.225.475	1.206.677.939	1.287.337.421	1.409.233.628	1.613.601.538	42,39 %	14,50 %
Juros e encargos da dívida	163.356.771	173.702.673	170.004.752	150.758.235	195.298.004	19,55 %	29,54 %
Outras despesas correntes	788.180.029	792.897.759	892.960.860	1.070.176.832	926.262.796	17,52 %	- 13,45%
Despesas de capital	333.887.163	273.418.456	557.709.720	361.474.717	392.365.003	17,51 %	8,55 %
Investimentos	205.164.158	146.062.853	334.281.215	144.177.354	108.886.787	- 46,93 %	- 24,48 %
Inversões financeiras	1.935.806	2.640.673	692.013	1.127.257	1.624	- 99,92 %	- 99,86 %
Amortização da dívida	126.787.199	124.714.929	222.736.492	216.170.106	283.476.592	123,58 %	31,14 %
Total da despesas	2.418.649.438	2.446.696.827	2.908.012.752	2.991.643.412	3.127.527.341	29,31 %	4,54 %
Variação (%)		1,16 %	18,85 %	2,88 %	4,54 %		

Despesa por Órgãos

No quadro a seguir estão demonstrados os gastos e participação, por Poder e seus respectivos órgãos, sendo destinado do total da despesa 5,38% ao Poder Legislativo, 5,57% ao Poder Judiciário, 2,43% ao Ministério Público e 86,62% ao Poder Executivo, do total das despesas realizadas.

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR PODERES E ÓRGÃOS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA				
PODERES E ÓRGÃOS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	DESPESA REALIZADA (B)	AH¹ (B / A)	AV²
PODER LEGISLATIVO	159.592.406	155.528.575	97,45%	5,38%
Assembléia Legislativa	108.000.000	105.533.494	97,72%	3,65%
Tribunal de Contas	51.592.406	49.995.081	96,90%	1,73%
PODER JUDICIÁRIO	168.645.623	161.066.457	95,51%	5,57%
Tribunal de Justiça	168.645.623	161.066.457	95,51%	5,57%
MINISTÉRIO PÚBLICO	70.974.805	70.264.913	99,00%	2,43%
Ministério Público	70.974.805	70.264.913	99,00%	2,43%

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR PODERES E ÓRGÃOS – ADMINISTRAÇÃO DIRETA				
PODERES E ÓRGÃOS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	DESPESA REALIZADA (B)	AH¹ (B / A)	AV²
PODER EXECUTIVO	3.225.311.803	2.504.288.426	77,64%	86,62%
Gabinete Civil do Governador	9.153.116	6.413.544	70,07%	0,22%
Gabinete Militar do Governador	10.116.920	7.231.910	71,48%	0,25%
Controladoria Geral do Estado	1.912.000	1.198.849	62,70%	0,04%
Secretaria Geral de Governo	-	-	-	-
Gabinete do Vice-Governador	1.066.350	863.504	80,98%	0,03%
Corpo de Bombeiros Militar	41.040.340	39.603.081	96,50%	1,37%
Procuradoria Geral do Estado	16.564.213	15.466.735	93,37%	0,53%
Polícia Militar de Alagoas	301.685.536	281.653.002	93,36%	9,74%
Defensoria Pública Geral do Estado	6.519.000	5.786.160	88,76%	0,20%
Secretaria Coordenadora de Articulação	-	-	-	-
Sec. de Est. da Agricultura, Pec., Pesca e Abast.	43.342.790	35.444.894	81,78%	1,23%
Secretaria de Estado da Fazenda	98.679.526	95.960.965	97,25%	3,32%
Sec. Coord. de Planejamento, Gestão e Finanças	-	-	-	-
Secretaria de Estado da Indústria	-	-	-	-
Sec. de Est. da Adm., dos Rec. Hum. e do Patrimônio	-	-	-	-
Secret. Coord. de Educ. e Desenvolvimento Humano	-	-	-	-
Secret. de Estado da Educação e do Esporte	546.111.477	344.432.679	63,07%	11,91%
Secretaria Executiva de Esporte	-	-	-	0,00%
Secretaria de Estado da Gestão Pública	11.340.341	10.145.658	89,47%	0,35%
Sec. de Est. da Mulher, da Cidad. e dos Direitos Hum.	14.986.638	8.108.774	54,11%	0,28%
Sec. de Estado do Planejamento e Orçamento	18.571.853	10.427.313	56,15%	0,36%
Sec. Coord. de Desenvolvimento Econômico	-	-	-	0,00%
Secret. de Estado do Desenvolvimento Econômico	3.662.967	2.945.827	80,42%	0,10%
Secretaria de Estado da Saúde	145.096.040	131.220.282	90,44%	4,54%
Secretaria de Estado de Defesa Social	104.655.577	38.347.277	36,64%	1,33%
Secretaria de Estado da Comunicação	9.872.111	9.166.047	92,85%	0,32%

Sec. de Est. do Trabalho, Emprego e Renda	4.444.679	3.558.902	80,07%	0,12%
Secret. de Est. da Ciência, da Tecn. e da Inovação	1.069.456	978.858	91,53%	0,03%
Secretaria de Estado da Infra-Estrutura	369.911.474	92.789.939	25,08%	3,21%
Secretaria de Estado da Cultura	4.618.589	3.303.832	71,53%	0,11%
Secretaria de Estado do Turismo	47.966.247	2.942.019	6,13%	0,10%
Secretaria de Estado da Assistência Social	5.575.982	4.042.335	72,50%	0,14%
Sec. de Est. do Meio Ambiente e dos Rec. Hídricos	16.279.829	2.185.497	13,42%	0,08%
Secret. de Estado de Ressocialização	-	-	-	-
Encargos Gerais do Estado	900.415.195	870.471.854	96,67%	30,11%
Encargos Financiados pelo Estado com os Municípios	412.175.087	406.739.799	98,68%	14,07%
Procuradoria Junto ao Tribunal de Contas	2.651.000	2.353.121	88,76%	0,08%
Polícia Civil	75.827.470	70.505.769	92,98%	2,44%
Secretaria da Política e Gestão Colegiada	-	-	-	-
Reserva de Contingência	-	-	-	-

Nos últimos cinco anos, a despesa realizada pelo Poder Legislativo teve um incremento real de 25,50%; do Poder Judiciário, de 21,19% ; do Ministério Público, 35,17% e do Poder Executivo, 29,90%.

Comparando com os anos de 2003 e 2004, em que a perda do FUNDEF era registrada como despesa, nos anos de 2005 a 2007, na Secretaria de Estado de Educação, está acrescida a perda do FUNDEF nos valores de R\$193.365.937,00 e R\$253.636.319,00 e do FUNDEB de R\$236.378.970,00, respectivamente (valores atualizados pelo IPC-A, IBGE/dez/2007).

A tabela a seguir mostra a evolução dos gastos por Órgão e Poder nos últimos cinco anos.

EVOLUÇÃO DA DESPESA POR PODERES E ÓRGÃOS - 2003 - 2007 - ADMINISTRAÇÃO DIRETA							
PODERES E ÓRGÃOS	2003	2004	2005	2006	2007	2003/2007	2006/2007
PODER LEGISLATIVO	123.927.860	143.577.126	143.548.608	157.922.136	155.528.575	25,50%	-1,52%
Assembleia Legislativa	87.968.048	105.926.715	102.652.368	111.637.974	105.533.494	19,97%	-5,47%
Tribunal de Contas	35.959.812	37.650.411	40.896.241	46.284.162	49.995.081	39,03%	8,02%
PODER JUDICIÁRIO	132.904.492	131.734.241	136.857.866	143.266.529	161.066.457	21,19%	12,42%
Tribunal de Justiça	132.904.492	131.734.241	136.857.866	143.266.529	161.066.457	21,19%	12,42%
MINISTÉRIO PÚBLICO	51.981.373	55.142.340	58.998.118	61.148.219	70.264.913	35,17%	14,91%
Ministério Público	51.981.373	55.142.340	58.998.118	61.148.219	70.264.913	35,17%	14,91%

Valores monetários expressos a preços de dezembro/2007 (IPC-A-IBGE)

EVOLUÇÃO DA DESPESA POR PODERES E ÓRGÃOS - 2003 - 2007 - ADMINISTRAÇÃO DIRETA							
PODERES E ÓRGÃOS	2003	2004	2005	2006	2007	2003/2007	2006/2007
PODER EXECUTIVO	2.109.835.713	2.116.243.120	2.375.242.223	2.629.306.528	2.740.667.396	29,90%	4,24%
Gabinete Civil do Governador	4.392.682	2.501.703	2.893.991	3.185.950	6.413.544	46,01%	101,31%
Gabinete Militar do Governador	11.822.438	12.411.381	11.557.674	11.302.777	7.231.910	-38,83%	-36,02%
Controladoria Geral do Estado	1.291.899	1.546.902	1.648.090	1.719.227	1.198.849	-7,20%	-30,27%
Secretaria Geral de Governo	2.181.939	8.273.493	8.236.393	8.275.738	-	100,00%	100,00%
Gabinete do Vice-Governador	1.191.494	1.183.574	1.084.610	872.431	863.504	-27,53%	-1,02%
Corpo de Bombeiros Militar	18.231.990	20.794.163	22.295.289	27.115.334	39.603.081	117,22%	46,05%
Procuradoria Geral do Estado	14.453.150	15.657.665	16.053.378	16.032.786	15.466.735	7,01%	-3,53%
Polícia Militar de Alagoas	161.457.092	175.609.347	212.871.466	246.027.952	281.653.002	74,44%	14,48%
Defensoria Pública Geral do Estado	3.012.234	4.897.070	5.266.198	6.569.786	5.786.160	92,09%	-11,93%
Secretaria Coordenadora de Articulação Governamental	4.387.752	4.718.676	4.757.113	2.878.171	-	100,00%	100,00%
Secret. do Estado da Agric., da Pec., Pesca e Abast.	17.738.707	30.333.108	37.640.564	41.566.091	35.444.894	99,82%	-14,73%
Secretaria de Estado da Fazenda	91.229.301	87.780.560	103.995.892	106.325.621	95.960.965	5,19%	-9,75%
Secretaria Coord. de Planej., Gestão e Finanças	9.157	194.027	529.683	1.319.375	-	100,00%	100,00%
Secretaria da Indústria	2.080.074	2.708.681	2.124.039	2.068.794	-	100,00%	100,00%
Secret. de Estado da Adm., dos Rec. Hum. e do Patrim.	7.403.516	12.886.565	6.624.602	8.575.671	-	100,00%	100,00%
Secretaria Coord. de Educ. e Desenvolv. Humano	301.934	770.634	659.257	600.760	-	100,00%	100,00%
Secretaria de Estado da Educação e do Esporte	260.399.261	238.997.865	481.247.936	571.835.517	580.811.649	123,05%	1,57%
Secretaria Executiva de Esporte	1.176.353	1.961.016	1.871.152	2.331.913	-	100,00%	100,00%
Secretaria de Estado da Gestão Pública	-	-	-	-	10.145.658	-	-
Secret. de Estado da Mulher, da Cidadania e dos Dir. Hum.	-	-	-	-	8.108.774	-	-
Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento	14.898.142	21.823.226	16.553.274	19.435.809	10.427.313	-30,01%	-46,35%
Secretaria Coord. de Desenvolvimento Econômico	18.456.416	10.870.992	3.676.069	3.755.356	0	100,00%	100,00%

Secretaria de Estado do Desenvol. Econômico	-	-	-	-	2.945.827	-	-
Secretaria de Estado da Saúde	149.284.80 ₄	146.671.72 ₆	163.636.61 ₆	172.005.63 ₇	131.220.28 ₂	-12,10%	-23,71%
Secretaria de Estado de Defesa Social	67.650.448	13.812.010	16.931.460	20.714.049	38.347.277	-43,32%	85,13%
Secretaria de Estado da Comunicação	8.319.774	13.324.948	16.533.295	13.180.459	9.166.047	10,17%	-30,46%
Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Renda	3.430.169	4.270.551	3.058.870	3.589.457	3.558.902	3,75%	-0,85%
Secret. de Estado da Ciência, da Tecnologia e da Inov.	838.911	3.512.053	3.904.073	631.105	978.858	16,68%	55,10%
Secretaria de Estado da Infra-Estrutura	136.554.40 ₃	96.093.914	285.430.12 ₄	99.149.431	92.789.939	-32,05%	-6,41%
Secretaria de Estado da Cultura	4.251.560	5.590.027	5.175.114	4.836.931	3.303.832	-22,29%	-31,70%
Secretaria de Estado do Turismo	3.363.829	3.632.309	3.014.185	2.127.217	2.942.019	-12,54%	38,30%
Secretaria de Estado da Assistência Social	3.844.951	3.631.409	3.808.511	4.060.795	4.042.335	5,13%	-0,45%
Secret. de Estado do Meio Ambiente e dos Rec. Hídricos	2.080.437	2.499.253	3.677.832	5.390.317	2.185.497	5,05%	-59,46%
Secret. de Estado de Ressocialização	-	14.635.238	18.708.008	24.851.950	-	-	-
Encargos Gerais do Estado	811.125.53 ₇	794.496.64 ₉	722.681.79 ₄	751.340.81 ₀	870.471.85 ₄	7,32%	15,86%
Encargos Financeiros do Estado com os Municípios	261.712.40 ₁	297.407.87 ₃	319.462.75 ₆	372.996.77 ₀	406.739.79 ₉	55,41%	9,05%
Procuradoria junto ao Tribunal de Contas	163.471	2.690.647	2.673.129 58.325.722	2.559.496	2.353.121	1339,48%	-8,06%
Polícia Civil	-	58.053.863	,53	68.910.110	70.505.769	-	2,32%
Secretaria da Política e Gestão Colegiada	-	-	-	1.166.936	-	-	-
Secretaria Executiva de Articulação Externa	813.426	-	-	-	-	100,00%	-
Secretaria Executiva de Proteção e Defesa das Minorias	417.849	-	-	-	-	100,00%	-
Secretaria Coordenadora de Regulação e Controle Social	1.071.960	-	-	-	-	100,00%	-
Secretaria Coordenadora de Saúde e Bem-Estar Social	472.128	-	-	-	-	100,00%	-
Secretaria Executiva de Justiça e Cidadania	16.199.648	-	-	-	-	100,00%	-
Ouvidoria Geral do Estado	113.615	-	-	-	-	100,00%	-
Secretaria Executiva de Estado da Mulher	690.915	-	-	-	-	100,00%	-
Secretaria da Coordenadoria de Articulação Regional	1.319.946	-	-	-	-	100,00%	-

Valores monetários expressos a preços de dezembro/2007 (IPC-A-IBGE)

Despesa por Funções

No quadro abaixo, está demonstrada a despesa realizada por função, destacando-se a função Administração com participação de 28,46% do total da despesa, seguida pela função Educação com 17,11%, Encargos Especiais 16,17% e Segurança Pública 14,77%.

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÃO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA				
FUNÇÕES	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	DESPESA REALIZADA (B)	AH ¹ (B / A)	AV ²
LEGISLATIVA	159.504.463	155.372.801	97,41%	5,37%
JUDICIÁRIA	16.280.876	15.271.358	93,80%	0,53%
ESSENCIAL A JUSTIÇA	76.524.228	75.129.130	98,18%	2,60%
ADMINISTRAÇÃO	860.974.053	822.761.183	95,56%	28,46%
SEGURANÇA PÚBLICA	523.083.695	426.936.774	81,62%	14,77%
ASSISTÊNCIA SOCIAL	4.989.099	3.820.172	76,57%	0,13%
PREVIDÊNCIA SOCIAL	127.361.764	123.866.812	97,26%	4,28%
SAÚDE	155.169.448	139.073.362	89,63%	4,81%
TRABALHO	4.444.679	3.558.902	80,07%	0,12%
EDUCAÇÃO	700.098.234	494.709.248	70,66%	17,11%
CULTURA	4.618.589	3.303.832	71,53%	0,11%
DIREITOS DA CIDADANIA	24.658.831	18.121.058	73,49%	0,63%
URBANISMO	894.565	95.464	10,67%	0,00%
SANEAMENTO	366.564.653	91.077.888	24,85%	3,15%
GESTÃO AMBIENTAL	16.229.929	2.147.576	13,23%	0,07%
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	153.400	93.111	60,70%	0,00%
AGRICULTURA	43.342.790	35.444.894	81,78%	1,23%
INDÚSTRIA	143.500	44.988	31,35%	0,00%
COMÉRCIO E SERVIÇOS	48.419.248	3.219.719	6,65%	0,11%
COMUNICAÇÕES	9.875.820	9.166.047	92,81%	0,32%
TRANSPORTES	384.975	8.974	2,33%	0,00%
DESPORTO E LAZER	2.016.222	438.100	21,73%	0,02%
ENCARGOS ESPECIAIS	478.791.576	467.486.977	97,64%	16,17%
RESERVA DE CONTIGÊNCIA	0,00	0,00	-	0,00%
DESPESA TOTAL	3.624.524.637	2.891.148.371	79,77%	100,00%

¹ Análise Horizontal. Percentual das despesas realizadas em comparação com a sua dotação atualizada.

² Análise Vertical. Participação do item no total das despesas realizadas

5.2.1 – Despesas Correntes

As Despesas Correntes são compostas pela despesa com pessoal e encargos sociais, juros e encargos da dívida e por outras despesas correntes. Representam 86,43% da despesa da Administração Direta em 2007.

Pessoal e Encargos Sociais

Neste grupo de despesa, o Governo do Estado aplicou a maior parte dos recursos orçamentários da Administração Direta no valor de R\$1.613.601.538,00 ou 55,81% das despesas da Administração Direta.

No quadro abaixo são apresentados os principais itens que compõem essa natureza de despesa e a variação entre o exercício de 2006.

EVOLUÇÃO DA DESPESA COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS - 2003 - 2007 - ADMINISTRAÇÃO DIRETA							
DISCRIMINAÇÃO	2003	2004	2005	2006	2007	2003/2007	2006/2007
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	590.897.528	641.724.515	702.845.578	791.814.716	854.632.591	44,63%	7,93%
Aposentadorias e Reformas	309.912.831	333.111.780	348.174.426	378.499.162	432.428.976	39,53%	14,25%
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Militar	120.077.624	175.709.926	176.271.584	199.225.760	232.935.506	93,99%	16,92%
Despesas de Exercícios Anteriores	48.823.591	10.355.386	5.267.568	7.807.467	15.513.892	-68,22%	98,71%
Obrigações Patronais	32.944.696	21.974.913	29.463.944	13.527.697	28.833.581	-12,48%	113,14%
Contratação por Tempo Determinado - Pessoal Civil	15.667.795	17.621.185	19.594.452	9.540.479	13.373.021	-14,65%	40,17%
Sentenças Judiciárias	9.321.433	1.861.024	2.425.250	2.340.006	5.443.641	-41,60%	132,63%
Outras Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	5.579.978	4.319.210	3.294.620	6.478.341	30.440.330	445,53%	369,88%
Total da Despesa com Pessoal e Encargos Sociais	1.133.225.475	1.206.677.939	1.287.337.421	1.409.233.628	1.613.601.538	42,39%	14,50%
¹ Variação (%)		6,48%	6,68%	9,47%	14,50%		

Valores monetários expressos a preços de dezembro/2007 (IPC-A-IBGE)

Variação percentual do valor do total da Despesa com Pessoal e Encargos Sociais em cada ano.

Juros e Encargos da Dívida

Os Juros e Encargos da Dívida Interna e Externa, no ano de 2007 somaram R\$ 195.298.004,00. Comparando-se com os últimos cinco anos, houve um acréscimo real de 19,55%, conforme quadro abaixo. Em relação à 2006/2007 o acréscimo foi de 29,54%.